

Grupos envolvidos na Lava Jato pedem R\$ 31 bi ao BNDES

Banco vem apertando exigências para concessão de financiamentos às empresas, que incluem até uma 'declaração anticorrupção'

Vinicius Neder | RIO

Os projetos de infraestrutura de óleo e gás de empresas ligadas de alguma forma à Operação Lava Jato – principalmente como sócias de concessionárias – que estão sob análise de técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) envolvem financiamentos de até R\$ 31,1 bilhões. Levantamento feito pelo 'Estado' mapeou nove projetos, incluindo o empréstimo de R\$ 8,8 bilhões para a Sete Brasil, fornecedora criada para afretar sondas para a Petrobrás, cuja situação financeira é considerada crítica.

Com a evolução das investigações, o BNDES começou a passar um pente-fino nos projetos e ampliou as exigências, após uma consulta à Controladoria Geral da União (CGU). Novembro marcou um ponto de virada no caso, com a prisão de executivos de alto escalão de diversas construtoras.

O rigor máximo é dedicado ao

caso da Sete Brasil, cujo crédito foi aprovado em janeiro do ano passado, mas teve a contratação congelada. Segundo um profissional que assessora concessionárias de infraestrutura, o BNDES não mudou exigências de garantia – já consideradas rígidas pelo mercado –, mas passou a exigir das empresas cartas com "declaração anticorrupção".

Nessas declarações de idoneidade, a empresa atesta ao banco que desconhece envolvimento de seus negócios com ilícitos. Do ponto de vista do financiador, esse atestado seria suficiente para comprovar que não possuía informações sobre eventuais casos de corrupção quan-

Financiamento
R\$ 3,4 bi
é o valor total dos empréstimos-ponte já aprovados pelo BNDES para as empresas envolvidas na Operação Lava Jato

do aprovou o crédito.

O 'Estado' apurou que o BNDES passou a demandar ainda certidões e auditorias nos contratos de concessão, mas não foi definida uma cláusula padrão para os contratos dos empréstimos. Segundo o profissional, as pendências para a aprovação da maioria dos projetos estariam resolvidas com os documentos adicionais exigidos. O fato de não haver uma cláusula padrão para os contratos, por outro lado, significa que o banco analisará caso a caso, em função do envolvimento das empresas com as investigações e o tamanho de sua participação nos projetos.

Risco. O caso da Sete Brasil é extremo. A empresa, criada em 2011 para mandar construir e afretar para a Petrobrás 28 sondas para exploração do pré-sal, já vinha enfrentando problemas pela caixa da Petrobrás. O quadro piorou desde que o ex-diretor da companhia e ex-gerente executivo da Petrobrás, Pedro Barusco, aceitou uma delação premiada. A

EM BUSCA DE CRÉDITO

● Pedidos de empréstimos no BNDES feitos por empresas envolvidas na Operação Lava Jato

EM MILHÕES DE REAIS

PROJETO	SÓCIOS	FINANCIAMENTO TOTAL
Aeroporto de Confins (Belo Horizonte)	CCR, Flughafen Zurich e Infraero	950
Metró de Salvador	PPP entre o governo do Estado e a CCR	1.300
BR-163, em Mato Grosso do Sul	CCR	2.155
BR-163, em Mato Grosso	Odebrecht Transport	2.540
BR-153, entre Goiás e Tocantins	Grupo Galvão	2.660
BR-040, entre Minas Gerais e Brasília	Invepar	3.219
Aeroporto do Galeão (Rio)	Odebrecht Transport, Changi International Airport e Infraero	3.500
Linha 6-Laranja, do Metrô de São Paulo	PPP entre o governo do Estado e o consórcio Move São Paulo (Odebrecht Transport, Queiroz Galvão, UTC Participações e Fundo Eco Realty)	6.000
Sete Brasil	Bancos privados, fundos de pensão de estatais e a Petrobrás	8.800

TOTAL
R\$ 31.124
MILHÕES

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

liberação do crédito é questão de sobrevivência (leia mais abaixo).

Outro caso emblemático é o da concessão da BR-153, entre Goiás e Tocantins, vencida em leilão pelo Grupo Galvão em maio passado. O pedido de financiamento, de R\$ 2,66 bilhões, está no BNDES, mas ainda não saiu o empréstimo-ponte, crédito de curto prazo que, como é praxe nesse tipo de operação, é liberado na frente, enquanto o empréstimo total é analisado.

A Galvão Engenharia, construtora do grupo, tem um diretor entre os presos na Lava Jato. Em carta enviada no início de fevereiro para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a concessionária Galvão BR-153, controlada do grupo, alerta que, caso o empréstimo-ponte não seja liberado até a próxima semana, será obriga-

da a interromper as obras e demitir operários. A carta alega que toda a documentação exigida foi entregue e que a concessionária não tem envolvimento com a Lava Jato – mas, ainda assim, o empréstimo não sai.

O Grupo Galvão informou que "aguarda liberação de linhas de crédito previstas em edital para dar sequência aos serviços". O BNDES não comentou o caso da Galvão nem dos demais projetos.

Apesar dos casos extremos, há no mercado a percepção de que algumas empreiteiras estão em situação mais difícil que outras. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou em dezembro que o banco seguiria a lei e que a situação das companhias envolvidas não era "simples, homogênea".

Além da Sete Brasil e da con-

cessionária Galvão BR-153, o levantamento feito pelo 'Estado' mapeou sete projetos em análise, de rodovias, aeroportos e metrô. O valor total de R\$ 31,1 bilhões pode ser menor caso o banco de fomento resolva financiar parcela menor dos investimentos. No valor estão incluídos R\$ 3,4 bilhões em empréstimos-ponte já aprovados – os documentos são exigidos no processo de análise, que leva de 12 a 18 meses. Como eles têm fianças de garantia, são considerados de baixo risco para o BNDES.



NA WEB
Investigação.
Leia mais notícias sobre a Lava Jato

estadao.com.br/lavajato

Banco exige fiança para liberar empréstimo da Sete Brasil

Josette Goulart

Pelo menos três das condições impostas pelo BNDES para liberar o financiamento de longo prazo para a Sete Brasil, empresa criada para gerenciar a contratação de sondas para exploração do pré-sal pela Petrobrás, não podem ser atendidas pela

empresa, segundo contam alguns dos acionistas da companhia.

O banco estaria exigindo uma fiança bancária de US\$ 1,5 bilhão, uma auditoria independente para averiguar os preços das sondas contratadas e ainda que os recursos liberados sejam integralmente usados para pa-

gar apenas o primeiro lote de sondas, sete no total.

O argumento dos acionistas é que é impossível atender essas três exigências. No caso da fiança, a empresa já está devedora do empréstimo-ponte de US\$ 3,6 bilhões com um grupo de seis bancos e não tem crédito na praça. No caso da auditoria, ou-

tros bancos já teriam tentado fazer essa exigência, mas auditores e consultores se recusaram a fazer tal avaliação por não ser possível auferir valores para as sondas, que pela primeira vez estão sendo feitas no Brasil. No caso do pagamento de apenas o primeiro lote de sondas, os estaleiros ficariam sem fluxo suficien-

te de caixa para tocar a construção das outras sondas que serão entregues em prazo mais longo.

"Se tivéssemos crédito para uma fiança bancária, usaríamos o dinheiro para pagar os estaleiros", exemplifica um dos donos da Sete. A empresa já deve mais de R\$ 2 bilhões aos estaleiros. "E se pagarmos só o primeiro

lote, os estaleiros quebram de qualquer jeito."

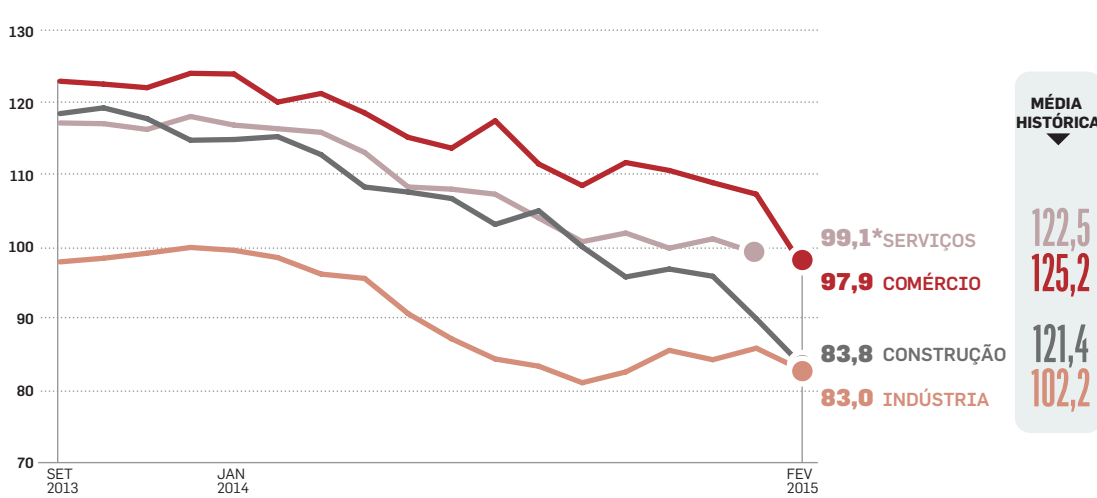
As conversas com o BNDES têm sido constantes para se chegar a um acordo. Desde a divulgação da delação premiada de Pedro Barusco, ex-diretor da empresa, que implicou ex-executivos e os próprios estaleiros em esquemas de pagamento de propina, o banco está impondo novas condições para assinar a liberação dos recursos. O banco não quis comentar.

ECONOMIA DESACREDITADA

● Índices de confiança e previsão para o PIB recuam no início deste ano

Por setores

EM PONTOS

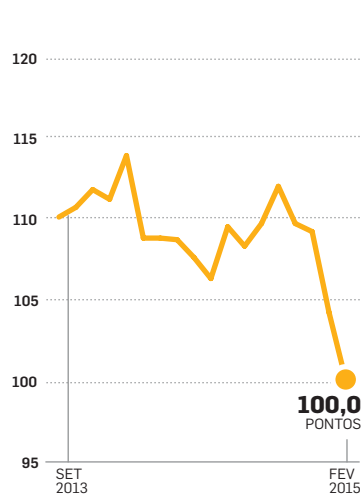


*Índice de fevereiro ainda não foi divulgado

FONTES: FGV, CNI E BANCO CENTRAL

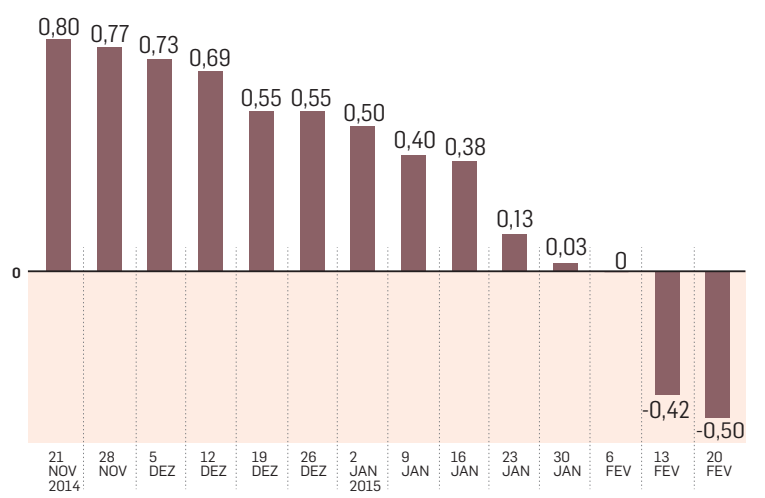
Consumidor

ÍNDICE NACIONAL DE EXPECTATIVA



Previsão do PIB - Boletim Focus

EM PORCENTAGEM



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Economia se deteriora e governo busca receitas

Arrecadação caiu 5,44% em janeiro ante igual mês de 2014, e governo anunciou medidas para reforçar o caixa

Luiz Guilherme Gerbelli

Os últimos dados econômicos divulgados mostram que a economia do segundo mandato da

acesse **Kalunga.com** +130 lojas

VENDAS PARA EMPRESAS GRANDE SÃO PAULO 11 3347-7000 OUTRAS LOCALIDADES 0800-0195566

presidente Dilma Rousseff está pior do que se esperava. As perspectivas para o crescimento econômico são reduzidas semanalmente e os indicadores de confiança recuaram com força.

Nas últimas semanas, os analistas econômicos ficaram claramente mais pessimistas e passaram a prever uma recessão para este ano.

O governo enfrenta um ajuste fiscal duro após registrar um déficit primário de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014. A equipe econômica prometeu entregar um superávit de 1,2% do PIB neste ano, o que dificulta a retomada do crescimento.

A melhora fiscal se tornou fundamental depois que a economia brasileira entrou no radar das agências de rating e o País passou a correr o risco de perder o grau de investimento.

O governo tem anunciado uma série de medidas para ten-

tar elevar a arrecadação – em janeiro houve uma queda real de 5,44% na comparação com o mesmo mês de 2014.

Na lista das ações anunciadas está a volta da Cide sobre o combustível, do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para o crédito de pessoa física.

Na sexta-feira, a equipe do ministro Joaquim Levy anunciou alterações na desoneração das folhas de pagamentos em busca de mais receita.

"A queda da receita é um dos pontos que mais preocupam para o ajuste. A equipe econômica tem feito anúncios na direção correta, mas temos um caminho a percorrer (para atingir a meta)", afirma Marcos Lisboa, vice-presidente do Insuper.

Mau humor. O quadro geral ruim da economia brasileira fez com que o mau humor ficasse

generalizado. Todos os setores estão com os indicadores de confiança bem abaixo da média histórica. Em fevereiro, a sondagem realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou recuo na confiança da indústria, do comércio e da construção.

Na visão dos empresários, o resultado concreto da baixa confiança é pouca disposição para contratar mão de obra e de fazer investimentos.

"Se as empresas estão trabalhando com alguma ociosidade, e o empresário não está confiando que a economia vai se recuperar num horizonte esperado, ele posterga projetos", diz Aloisio Campelo, superintendente adjunto para Ciclos Econômicos da FGV/Ibce.

Na outra ponta, os consumidores também estão descrentes, o que dificulta a retomada da economia. O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), divulgado na quarta-feira

● Avaliações

"A queda da receita é um dos pontos que mais preocupam no ajuste. A equipe econômica tem feito anúncios na direção correta, mas há um caminho a percorrer."

Marcos Lisboa

VICE-PRESIDENTE DO INSUPER

"A situação das famílias ficou mais apertada porque é um período do ano com gastos extras e houve aumento de impostos."

Marcelo Azevedo

ECONOMISTA DA CNI

pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu o nível mais baixo desde junho de 2001, com 100 pontos – quanto maior o índice, mais otimismo tem os brasileiros.

A pesquisa também mostrou uma elevada preocupação com a

expectativa da economia: 77% acham que a inflação e 69% acreditam que o emprego vão aumentar ou aumentar muito.

"A situação das famílias ficou mais apertada porque é um período do ano com gastos extras e houve aumento de impostos", diz Marcelo Azevedo, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Seguro. A piora de percepção do Brasil se estendeu para o mercado financeiro. No ano, o dólar subiu – alta de 7,57% –, assim como o risco País.

"O CDS (Credit Default Swap) de cinco anos praticamente dobrou nos últimos 12 meses. Ele saiu de um patamar de 130 pontos e está em 250 pontos", diz Damont Carvalho, sócio e responsável pela estratégia dos fundos macro da gestora Claritas. O CDS é um papel que serve como "seguro" contra eventual calote do País.